



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2020: SIC - XXXII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2020
<b>Local</b>	Virtual
<b>Título</b>	NORMAS COMUNITÁRIAS E TERRITORIALIZAÇÃO DO NARCOTRÁFICO: as restrições à liberdade de ir e vir de moradores das vilas populares de Porto Alegre
<b>Autor</b>	CLARICIA DA ROSA DOMINGUES
<b>Orientador</b>	LUCAS PIZZOLATTO KONZEN

**Título:** NORMAS COMUNITÁRIAS E TERRITORIALIZAÇÃO DO NARCOTRÁFICO: as restrições à liberdade de ir e vir de moradores das vilas populares de Porto Alegre

**Autora:** Claricia da Rosa Domingues

**Orientador:** Lucas Pizzolatto Konzen

**Instituição:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Resumo:** Esta pesquisa, em andamento, discute como funcionam as normas sociais que estabelecem restrições à liberdade de ir e vir de moradores das vilas populares de Porto Alegre controladas pelo narcotráfico. A crescente interferência de poderes paralelos na forma de vida dos indivíduos de comunidade periféricas demonstra que estão sujeitos, simultaneamente, a normas não oficiais e a normas oficiais oriundas do Estado, portanto, vivendo cotidianamente em uma situação de pluralismo jurídico. Essas normas não oficiais podem ser impostas tanto por associações de base comunitária, quanto por grupos criminais que exploram atividades consideradas ilícitas pelo Estado, mas até certo ponto aceitas pela comunidade como meio de garantir sobrevivência, proteção ou, até mesmo, assistência social. No contexto de Porto Alegre, a imprensa local tem ressaltado diversos casos de confrontos armados entre facções rivais pelo domínio de vilas populares, dentre os quais se destacam os conflitos ocorridos no Complexo da Grande Cruzeiro. Diante dessa problemática, o objetivo dessa pesquisa é desvendar quais são as normas não oficiais impostas por esses grupos criminais e como essas normas se refletem no estabelecimento de territorialidades, isto é, formas de delimitação espacial para fins de exercício de poder pelas facções que afetam o cotidiano da população moradora de vilas populares. A realidade de um dos núcleos urbanos do Complexo da Grande Cruzeiro é o referencial empírico desse estudo. Como referencial teórico, são utilizados conceitos da geografia jurídica e pluralismo jurídico. Os resultados parciais envolvem a identificação de alguns exemplos concretos de normas impostas pelas facções criminais e um mapeamento preliminar da sua dinâmica de espacialização.